

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de setembro de 2008 vamos apresentar duas notas. A primeira sobre Nanotecnologia – Conhecer para enfrentar os desafios, e a segunda sobre A crise Financeira recente, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

Boletim de Conjuntura – Setembro de 2008

José Calixto Ramos – Presidente

Karla Cristina da Costa Braz - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte - CEP:

70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

E-mail: cnti@cnti.org.br **Site:** www.cnti.org.br

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

ÍNDICE

- I - NANOTECNOLOGIA: CONHECER PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

Entre em contato conosco pelo e-mail:

sucnti@dieese.org.br

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Nanotecnologia: conhecer para enfrentar os desafios

Apresentação

Esta nota técnica tem por objetivo apresentar o tema da Nanotecnologia ao movimento sindical e levantar questões referentes aos impactos desta tecnologia para os trabalhadores.

O objetivo da nanotecnologia é transformar as características físico-químicas dos materiais e elementos tradicionalmente conhecidos. Algumas de suas aplicações atuais envolvem, por exemplo, a criação de tecidos resistentes a manchas e que não amassam; utensílios domésticos com características antimicrobianas, tinta para carros à prova de riscos/salinidade, filtros solares de rápida penetração, cosméticos com grande absorção, vidros que não retêm água, microprocessadores e equipamentos eletrônicos com melhor desempenho. Tais exemplos obrigam a uma reflexão sobre os impactos da aplicação dessa tecnologia no mundo do trabalho, principalmente junto aos trabalhadores em seu ambiente de trabalho e no exercício de sua função.

O que é nanotecnologia

Definição

A nanotecnologia refere-se a uma tecnologia que manipula a matéria na escala de átomos e moléculas. Ela permite manipular a matéria em uma escala muito pequena, medida por nanômetros, onde um deles equivale a um bilionésimo do metro. Um fio de cabelo humano tem aproximadamente 80.000 nanômetros (nm) de espessura; um glóbulo vermelho tem

aproximadamente 5.000 nm de diâmetro e uma molécula de DNA tem aproximadamente 2,5 nm de largura. Como exemplo, um grão de areia está para a distância entre as cidades de Salvador e Natal (1.126 km), assim como um nanômetro (nm) está para um metro. É uma revolução silenciosa, pouco visível e altamente transformadora.

Aplicações da nanotecnologia

A nanotecnologia possibilita a fabricação de produtos com características diferenciadas ao manipular a estrutura molecular, alterando a geometria ou “arquitetura” da composição das moléculas dos materiais. A partir desta modificação geométrica, os elementos adquirem características físico-químicas diferentes das “tradicionais”, ou seja, diferentes daquelas conhecidas no tamanho em que aparecem na natureza. É possível tomar como exemplo o caso do diamante e da grafite. Os dois são feitos de carbono (C): a arrumação distinta das moléculas de carbono dá as características de um e de outro. Na nanotecnologia é possível transformar materiais: nanotubos de carbono são rígidos, chegando a ser 100 vezes mais resistentes que o aço e, ao mesmo tempo, seis vezes mais leve, sendo condutores ou supercondutores elétricos.

Já existem vários produtos no mercado que utilizam nanotecnologia, sem o conhecimento da sociedade, uma vez que os produtos não são rotulados e não há regulamentação específica. Entre esses produtos encontram-se tecidos resistentes a manchas e que não amassam; raquetes e bolas de tênis com maior durabilidade; capeamento de vidros e aplicações antierosão a metais; filtros de proteção solar; materiais para proteção contra raios ultravioleta; tratamento tópico de herpes e fungos; produtos para limpar materiais tóxicos; produtos cosméticos; aditivos de alimentos; sistemas de

filtros para ar e água, geladeiras e máquinas de lavar roupa com ação antibactericida.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vem trabalhando com nanotecnologia em vários centros de pesquisa e já lançou alguns produtos. Um deles é a língua eletrônica, um dispositivo que alia sensores químicos de espessura nanométrica com um programa de computador que detecta sabores e aromas e servirá para o controle de qualidade e certificação de vinhos, sucos, cafés e outros produtos.

Segundo estudos disponíveis[§], no futuro próximo a nanotecnologia poderá fabricar alguns dos seguintes produtos: tecidos “inteligentes” que variam na sua capacidade de refletir ou de absorver calor; revestimentos muito fortes para veículos para redução da quebra ou de amassamento nas colisões; couraça leve a prova de balas para roupas civis, militares e da polícia; exteriores de construções que conseguem “respirar” para permitir a passagem de ar; superfícies de roupas ou construções que podem mudar de cor em resposta à mudança do tempo. Com o surgimento de “folhas” de nanomatéria em grande escala será possível produzir barcos, cascos de navios, aviões e aeronaves com “peles” especiais.

Novas tecnologias e controle social

As características inéditas da nanotecnologia levantam algumas hipóteses sobre possibilidades e riscos trazidos por esta nova tecnologia. Os materiais são alterados em uma escala que não é visível ao ser humano, nem mesmo com o auxílio de um microscópio convencional. Simplesmente, para visualizar o tipo

[§] ETC Group. A tecnologia atômica não vai parar na nanoescala. Texto da Publicação Nanotecnologia e os Trabalhadores. IIEP. 2006

de mudança efetuada na matéria em escala nano, é necessário um grande investimento em equipamentos científicos.

Mudanças nas propriedades dos materiais em escala nano causam alterações também em sua microlocomoção (ou seja, seu movimento através da matéria), bem como sua potencialidade para invadir barreiras, como a pele humana e membranas (como poderá ocorrer em membranas do cérebro e pulmão, por exemplo). Ao serem desenvolvidas novas propriedades da matéria, evoca-se a necessidade de estabelecer mecanismos de controle dos processos desencadeados em escala nano. Essas características colocam em evidência os desafios de monitoramento, apropriação, propriedade e controle social dessa tecnologia.

É possível prever que dispositivos invisíveis ao olho humano, móveis e autoreplicadores como os citados representarão desafios inéditos para a sociedade. Cabe, aqui, um questionamento: o quê deve ser controlado e quais instituições devem exercer os controles? O cidadão comum não será mais capaz de observar todas as atividades relevantes ao seu redor, enquanto as autoridades serão pressionadas a prover assistência e orientação contra a invasão da privacidade por parte dos produtores ou proprietários da tecnologia.

Os riscos inerentes à introdução de novas tecnologias exigem um diálogo constante com a sociedade civil. Novas descobertas se transformam em produtos e chegam ao mercado consumidor, mas também geram resíduos que são despejados no meio ambiente. Os detentores dessa tecnologia (empresários, industriais, cientistas e administradores) devem dialogar com o público (trabalhadores e consumidores), em um sistema de comunicação em duas vias. Deverão ser exigidos acordos sobre princípios éticos em relação à dignidade humana, autonomia, a

obrigação de não ferir e fazer o bem. No movimento sindical, é necessária a introdução de cláusulas nos acordos coletivos das categorias que possibilitem o conhecimento do uso de nanotecnologia no processo produtivo. A tecnologia deve ser utilizada para a promoção do bem-estar social, particularmente nas áreas de saúde e segurança no trabalho, privacidade e preservação do meio ambiente.

O movimento sindical precisa, urgentemente, compreender e discutir a adoção do chamado princípio de precaução** em face das incertezas quanto aos riscos que conhecimentos científicos inconclusos impõem para a segurança da população. Este princípio é defendido por várias entidades da sociedade civil, mas há uma forte oposição de cientistas e empresas. Ao mesmo tempo, é preciso apoiar a criação de um processo compreensivo de regulação da nanotecnologia, principalmente em setores como as indústrias química e metalúrgica e a biomedicina. Há necessidade de institucionalizar o aprendizado social e a avaliação de riscos e oportunidades ao operar em condições de incerteza.

Torna-se fundamental a avaliação permanente do papel da nova tecnologia na melhora ou piora da situação social, diminuindo ou aumentando as desigualdades, a exclusão e a degradação do meio ambiente.

Mudanças na produção

Há uma grande ênfase no aspecto revolucionário da nanotecnologia devido a interesses e objetivos comerciais nos

**

Na Conferência RIO 92 foi proposto formalmente o Princípio da Precaução. A sua definição, dada em 14 de junho de 1992, foi a seguinte: O Princípio da Precaução é a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados. Este Princípio afirma que a ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prevenir este dano.

impactos supostamente revolucionários das novas tecnologias, enquanto, na realidade, os avanços se baseiam, até o momento, em áreas solidamente estabelecidas como: semicondutores, ciência coloidal^{††}, novos materiais, entre outros, pois é necessário estabelecer uma distinção entre ficção científica e extrapolação da evolução provável e possível.

No entanto, pode-se apostar que as alterações nas características de materiais produzirão mudanças semelhantes às da automação das linhas de montagem e informatização dos meios de produção. Os impactos com suas peculiaridades específicas são conhecidos através da história. Dada a nova situação pergunta-se: os trabalhadores estão preparados para uma nova mudança no mundo do trabalho?

Por que é importante?

Ainda é cedo para se afirmar que a nanotecnologia será a base de um novo paradigma técnico e econômico, ou que representará uma nova revolução industrial, mas com certeza terá um impacto muito grande na produção de novos mecanismos e produtos.

Os dados sobre pesquisa, pessoas envolvidas, recursos, custos e produtos ainda são controversos, pois são pouco divulgados. Há consenso de que todos esses aspectos da nanotecnologia têm avançado rapidamente e cresce sua influência sob a demanda dos mercados globais que exigem a maximização da produção, através do aumento da produtividade, com vistas a maior lucro.

^{††} Esta ciência possibilita a produção de geradores de prata coloidal, muito eficaz contra a formação e proliferação de cerca de 650 microrganismos (bactérias, vírus e fungos). Funciona como antibiótico natural de largo espectro, sem efeitos colaterais e sem criar a resistência dos microrganismos, ou seja, sem perder a eficiência.

EUA, Inglaterra, Japão e alguns países da União Européia têm investido volumes expressivos de recursos em pesquisa e desenvolvimento (sigla P&D) no segmento da nanociência e das nanotecnologias. Por outro lado, algumas estimativas indicam que mais de 1.200 grupos corporativos no mundo estão direcionando grandes volumes de recursos para o desenvolvimento de aplicações na área.

A intenção de investimentos e o discurso das agências de fomento de diversos países, das empresas e das universidades têm apontado para a janela de oportunidades que a nanotecnologia abrirá, tanto do ponto de vista de novos mercados como da competitividade entre empresas e países.

A difusão de inovações tecnológicas e paradigmas nelas baseados nessas inovações dependem de fatores políticos, éticos, sociais, técnicos, institucionais, infra-estruturais e culturais. Invariavelmente, essas temáticas acabam sendo conduzidas somente a partir de uma perspectiva tecnicista. Em outras palavras, há uma valorização de aspectos técnicos em detrimento de outros aspectos não menos importantes, como comercialização, informações sobre os produtos (rotulagem), pesquisa e desenvolvimento. Afinal, sabe-se que decisões científicas e tecnológicas não são ética ou politicamente neutras, pois os atores envolvidos não desistem de seus valores e interesses. Por isso, a sociedade civil tem o dever e o direito de exercer o controle sobre os projetos de inovações tecnológicas que não podem ficar ao critério exclusivo de cientistas, tecnocratas, empresários e políticos.

Países desenvolvidos como Estados Unidos e Inglaterra - grandes investidores em P&D - após serem pressionados pela sociedade civil (principalmente representantes sindicais e ambientalistas), passaram a financiar pesquisas sobre os

possíveis impactos oriundos da utilização das Nanotecnologias. Isto decorre do fato de que, em casos em que concorrem fortes interesses econômicos, torna-se imperativa a regulamentação através de canais extramercado.

No Brasil, estimativas variadas indicam a existência de cerca de 50 empresas envolvidas com projetos e desenvolvimento de produtos em nanotecnologia, interagindo com o setor acadêmico. O mercado mundial de produtos e processos nanotecnológicos movimentará, nos próximos 10 anos, cerca de um trilhão de dólares e os maiores investimentos concentram-se em países como Estados Unidos, Japão e União Européia, além de Coreia do Sul e Taiwan.

Questões para aprofundar o debate entre os trabalhadores

A Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho - ação conjunta das Centrais Sindicais brasileiras com o objetivo de mobilizar os trabalhadores e influenciar os rumos do desenvolvimento do Brasil - tornou público documento com diretrizes, políticas e ações voltadas para a promoção de mudanças capazes de propiciar desenvolvimento na realidade brasileira.

Esta “Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento”, lançada em abril de 2007 durante seminário realizado pelas Centrais em São Paulo, está organizada em torno de quatro temas: desigualdade e concentração de renda; desemprego e mercado de trabalho; capacidade do Estado em promover o desenvolvimento; e democracia e a participação social.

O desenvolvimento defendido pelas Centrais Sindicais é compreendido como um processo pelo qual cabe aos atores

sociais escolherem o caminho para que seja alcançado o bem-estar comum, sendo sustentável do ponto de vista ambiental e respeitando a diversidade social, política e cultural. Em relação às relações de trabalho, o desenvolvimento deve ter como fundamento a promoção do trabalho decente, o que inclui a negociação coletiva.

As Centrais Sindicais brasileiras vêm se dedicando a construir uma plataforma comum que seja base para ações unitárias em relação à nanotecnologia e seus impactos sobre os trabalhadores, com implicações importantes para a “Agenda” em relação às relações de trabalho, ao papel do Estado e à participação social.

Relações de trabalho

O Brasil necessita de um modelo de desenvolvimento que gere mais e melhores empregos. A introdução de novas tecnologias, se não for acompanhada de medidas que requalifiquem os trabalhadores, gerem novas oportunidades de emprego, repassem os ganhos de produtividades aos trabalhadores, entre outras questões, poderá reproduzir, ou até piorar, as situações de desigualdade tão presentes no mercado de trabalho brasileiro.

Mobilizações dos trabalhadores e negociações coletivas devem incluir cláusulas sobre o direito à informação sobre a introdução da tecnologia e de suas aplicações no ambiente de trabalho, na proteção ambiental e na saúde dos trabalhadores, apontando a responsabilidade das empresas na prevenção sobre impactos da nanotecnologia nos trabalhadores, além de prever processos de requalificações. É viável incluir nos Acordos Coletivos de Trabalho a responsabilização dos empregadores pelas consequências à saúde do trabalhador e ao meio ambiente por

conta da introdução de nanopartículas e de processos nanoestruturantes, dada a inexistência de estudos sobre estes impactos e de legislação específica regulatória.

Papel do Estado

Verifica-se, hoje, que o programa do Governo Federal de nanociência e nanotecnologia assenta suas expectativas em dados quantitativos, medidos pelo crescimento do número de produtos científicos e tecnológicos em nanotecnologia. Também se orienta pela ampliação do depósito de patentes envolvendo nanotecnologia; pelo crescimento do número de empresas nacionais que incorporaram produtos ou processos nanotecnológicos e pela evolução das exportações de materiais, produtos e processos baseados em nanotecnologia.

Cabe, aqui, uma questão: antes de orientar os recursos públicos para o incremento da produção de mercadorias voltadas à exportação, não é necessário definir os fins aos quais se aspira, com a introdução de nanotecnologia nos processos produtivos?

No campo do financiamento público de pesquisas sobre impactos da nanotecnologia, é fato que estão previstos recursos públicos destinados às pesquisas sobre impactos da nanotecnologia na saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente, porém pouco se sabe do que vem sendo feito sobre este aspecto. Em recente apresentação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), quando se tratou de programas mobilizados na área de nanotecnologia, a questão da regulação sanitária por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi colocada como um dos desafios. Nas ações e diretrizes propostas destacou-se a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de investigar questões de risco e impactos no trabalho e ambiental da nanotecnologia, bem como suas implicações

legais. Este grupo foi composto pela Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Confederação Nacional da Indústria (CNI), não incluindo órgãos (pelo menos nessa apresentação), inclusive públicos, que trabalham diretamente com essas questões.

Ademais, os testes toxicológicos hoje existentes no Brasil não dão conta de avaliar as alterações em escala nanométrica que podem provocar conseqüências não pretendidas e até desconhecidas quando entram em contato com o organismo humano e com o meio-ambiente. Estão incluídos aqui, problemas referidos ao descarte destes produtos, caso em que as partículas podem voltar à escala nanométrica e afetar o meio ambiente e, em alguns casos, contaminando a água, o solo e o ar.

O Estado brasileiro precisa avaliar os impactos das nanotecnologias à saúde e segurança do trabalhador, especialmente quanto à manipulação de materiais nanoestruturados e definir o papel que desempenhará na regulação do uso e da venda de produtos nanoestruturados.

Controle social e os direitos da cidadania

A introdução da nanotecnologia em processos produtivos vem ocorrendo principalmente nos países centrais do capitalismo, em que estão sediadas as matrizes das corporações transnacionais. Nos países da periferia, como o Brasil, a nanotecnologia, muitas vezes, pode estar sendo incorporada aos processos produtivos das filiais destas corporações aqui instaladas, numa relação intra-firma que escapa totalmente ao controle público, seja da sociedade, seja dos órgãos do Estado que deveriam se encarregar desta regulação.

Diante de um quadro em que as corporações transnacionais atingem tamanho superior à economia da maioria dos países do mundo, cabe questionar como o Estado brasileiro garantirá o controle sobre a regulação e os impactos em processos e produtos envolvendo nanotecnologias.

Outro tópico diz respeito à importância do diálogo sobre nanotecnologia entre diversos atores sociais: Estado, Centrais Sindicais, movimentos populares e entidades patronais.

São necessários estudos sobre os impactos sociais da incorporação de nanotecnologia nos processos produtivos, além da regulamentação de padrões de exposição, prevenção e intervenção de nanopartículas. Estes estudos exigem medições biomédicas e de engenharia sanitária, o que coloca a necessidade de se criar um observatório público sobre nanotecnologia para coordenar o diálogo social sobre o tema e orientar as intervenções reguladoras.

Como efetivar, no tema da nanotecnologia, a superação da dicotomia entre o detentor do conhecimento e o executor da tarefa?

As respostas para tais questões não são simples. O certo é que dependerão, e muito, da atuação sindical frente ao tema, e da apropriação da discussão sobre a nanotecnologia entre os trabalhadores.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Nota Técnica N. °76 - Acesse www.dieese.org.br

2 – CONJUNTURA ECONÔMICA

A crise financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da economia mundial?

As fortes e violentas turbulências verificadas nos mercados do mundo explicitam uma crise financeira, monetária e econômica de graves proporções. Iniciada na área do mercado de hipotecas^{‡‡} nos EUA, a crise se alastra rapidamente por todo o setor financeiro da economia norte-americana e do mundo. De janeiro a setembro de 2008, estima-se uma desvalorização de ativos da ordem de mais de US\$ 14 trilhões. A estimativa de perdas em 12 meses, incluindo a dramática semana de 06 a 10 de outubro deste ano, é de cerca de US\$ 27 trilhões^{§§}. No mesmo período, os bancos internacionais registram perdas contábeis de mais de US\$ 500 bilhões.

A deflagração: a crise das hipotecas^{***}

Desde o começo de agosto de 2007, o mundo financeiro internacional vem se agitando fortemente, com movimentos bruscos de subida e descida de índices e, especialmente, com a baixa acentuada do valor dos ativos financeiros. Nos primeiros 20 dias de agosto de 2007, falava-se de algumas centenas de bilhões de dólares norte-americanos que teriam “desaparecido”

de uma hora para outra^{†††}, e de várias outras dezenas de bilhões colocados pelos diversos bancos centrais dos principais

^{‡‡} **Hipoteca** é um direito concedido ao credor sobre um bem real (imóveis ou equiparados – como navios ou aeronaves) que pertença ao devedor, com objetivo de garantir o pagamento de uma obrigação. Na situação mais comum, a hipoteca recai sobre um imóvel, que serviria como garantia do pagamento de um empréstimo, obtido para aquisição do próprio imóvel ou para outros fins.

^{§§} Valor equivalente a toda produção interna de dois anos dos EUA, e de 20 anos do Brasil.

^{***} Baseado em DIEESE, Nota Técnica 48, Agosto de 2007.

países do núcleo do capitalismo à disposição do sistema financeiro para tentar evitar o colapso do mercado. O empurrão na primeira peça do dominó desse mercado financeiro altamente interconectado partiu de onde já se esperava há muito tempo: de nova turbulência nos ativos vinculados ao fragilizado mercado de imóveis e hipotecas dos EUA. Parece incompleto, porém, atribuir a esta conhecida fragilidade toda a culpa da crise atual.

Os alertas sobre a “bolha” especulativa no mercado imobiliário dos EUA vinham de longe, embora as perspectivas para a economia mundial fossem bastante otimistas. Esses alertas se tornaram mais freqüentes a partir de julho de 2006, quando, pela primeira vez desde que o ciclo expansivo imobiliário começou nos EUA, foram registradas quedas no valor dos imóveis naquele país. Fala-se agora em “crise dos *subprime*”, isto é, dos empréstimos feitos no mercado de imóveis aos tomadores de mais alto risco, que não oferecem segurança e garantias aos agentes financeiros. Nas classificações de risco nos EUA, *prime* seriam os empréstimos de menor risco, e *subprime* os de uma categoria mais arriscada, normalmente se referindo aos trabalhadores sem contrato efetivo de trabalho ou daqueles que não possuem valores que sirvam como garantias aos empréstimos. Entretanto, atribuir a crise apenas ao mercado imobiliário pode ser uma nova tentativa de circunscrever o problema a uma causa específica e localizada, evitando entendê-la como uma falha profunda de todo o sistema.

Para entender a extensão desse problema é preciso perceber que os mecanismos de transmissão foram estabelecidos de tal forma que a primeira pedra do dominó financeiro empurrada induz a uma rápida difusão da crise. Com a aquisição do imóvel,

^{†††} Na verdade, boa parte disso diz relação à diferença entre o valor estimado dos ativos financeiros antes do começo da crise e a nova estimativa de seu valor com a queda dos mercados nesse período, sendo, portanto, boa parte da perda apenas uma “diminuição de valor potencial” de ativos financeiros.

o novo proprietário pode, sendo de alto ou de nenhum risco, obter crédito junto ao sistema financeiro usando agora o imóvel como garantia; ou seja, ao se tornar proprietário, o indivíduo tem acesso a um empréstimo bancário por meio de uma hipoteca. Contudo, pela generalização e expansão do próprio crédito imobiliário, o preço dos imóveis sobe permanentemente, o que leva a uma espiral de elevação do crédito: quanto maior o valor do imóvel, maior o volume de recursos que pode ser obtido junto ao sistema financeiro. E se o valor dos imóveis está subindo, é possível “renovar” a hipoteca, conseguindo um novo crédito maior com base nessa valorização, para pagar a hipoteca anterior e conseguir mais recursos.

Enquanto os preços dos imóveis sobem permanentemente, esse é um mecanismo que se alimenta dele mesmo. Até meados do ano passado, eles não apenas subiam permanentemente, mas subiam também acentuadamente. Assim, boa parte da expansão do consumo nos EUA foi “animada” por esse mecanismo de expansão do crédito a partir da elevação do preço dos imóveis. Foi esse crescimento do consumo que motivou a expansão econômica recente, não apenas naquele país, mas em boa parte do mundo. Nos últimos anos, a economia dos EUA funcionou como uma espécie de “consumidor de última instância”, para a qual eram destinados produtos de muitos outros países, resultando, por exemplo, no dinamismo acentuado da economia chinesa, e explicando, assim, parte da alta do preço das principais *commodities* agrícolas e minerais exportadas pelo Brasil.

De outro lado, as instituições financeiras que colocavam seus recursos à disposição dos que se endividavam no mercado de imóveis, especialmente nos empréstimos classificados como *subprime*, auferiam lucros extraordinários, porque no mercado financeiro, quanto maior o risco do tomador dos recursos, maior

é a taxa dele cobrada. Já que esses lucros eram tão fantásticos (ainda que tivessem elevados riscos a ele associados), por que não “socializar” os lucros, ou pelo menos uma parte dele, com outros agentes do sistema financeiro (e ao mesmo tempo, dividir também possíveis prejuízos)? Para tanto, foram emitidos títulos que tornavam outros eventuais aplicadores (como os vários fundos financeiros, de investimento, de previdência, de rendas variáveis...) sócios daquele lucro fantástico, mas também de parte do risco. Isso funcionou como uma espécie de seguro para as instituições que fazem a operação, face ao crescimento do risco. Os bancos com créditos junto a compradores de imóveis “empacotavam” os títulos referentes a hipotecas junto com outros, de menor risco, e revendiam esses novos títulos no mercado financeiro internacional, com aval das agências de classificação de risco, que consideravam baixa a possibilidade de inadimplência desses “títulos empacotados”.

Como o mercado financeiro dos EUA é aberto às instituições financeiras de outros países, essas também participavam da farra do mercado das hipotecas e do crédito alavancado a partir daí. Como os movimentos nos mercados financeiros foram liberalizados em boa parte do mundo nas últimas três décadas, esses títulos baseados nos ganhos com o mercado financeiro dos EUA se disseminaram na carteira de fundos de aplicação e instituições financeiras em boa parte do mundo.

Assim, quer pelo lado do consumo e da produção, quer pelo lado das movimentações e dos ganhos financeiros, todos se transformaram, de alguma forma, em sócios da expansão do mercado imobiliário dos EUA. Enquanto a festa da expansão seguiu adiante, os ganhos se generalizaram, junto com um efeito colateral implícito, os riscos. Mas, quando começou a inversão do ciclo, os riscos vão ficando explícitos. E, assim como no período anterior a perspectiva de ganhos expandia os

negócios, agora, num movimento semelhante e com sinal inverso, a perspectiva de perdas eclode a crise.

Nesse segundo momento, o preço dos imóveis começou a cair (o que vem acontecendo desde julho do ano passado) e o crédito ancorado nestes valores em queda se contraiu rapidamente. Os agentes financeiros procuraram, então, reduzir sua exposição ao risco e se livrar dos possíveis inadimplentes, ou dos chamados “papéis podres”. Os outrora heróis do *boom* expansivo, que com seu otimismo e coragem expandiam o mercado imobiliário e o consumo, passaram a vilões do sistema, atingido por juros mais altos, valores de imóveis em queda e dificuldades cada vez maiores para honrar os compromissos financeiros antes assumidos, em condições totalmente diversas (juros muito mais baixos, crédito abundante).

Os papéis ancorados nestas operações e difundidos pelo mundo financeiro global começaram a perder seus valores, e encontraram dificuldades para serem negociados. Essa queda passou a se refletir na rentabilidade dos diversos fundos que neles aplicaram seus recursos, e que se tornaram detentores de papéis que se desvalorizam e riscos que se ampliam. A extensão e a profundidade do problema foram ficando evidentes. Para muitas instituições financeiras, a desvalorização dos títulos lastreados em hipotecas bem como a queda do valor dos imóveis significaram um desequilíbrio entre seus ativos (os imóveis, títulos e outros créditos) e passivos (os recursos que devem a terceiros), gerando situação falimentar.

As causas mais imediatas da eclosão da crise podem ser imputadas ao encarecimento do pagamento das hipotecas, uma vez que muitas delas previam taxas de juros crescentes no tempo e outras embutiam taxas de juros flutuantes. Entre 2004 e 2007, os juros básicos (que são o “piso da escada” das demais

taxas de juros) subiram de 1,25% para 5,25% nos EUA, e o pagamento das hipotecas ficou mais caro. Com isso, foi reduzido o volume de negócios com imóveis, a valorização destes arrefeceu e a atividade econômica desacelerou, piorando as condições do mercado de trabalho. Tudo isso favoreceu a inadimplência no pagamento das hipotecas, dando início ao processo de desvalorização dos imóveis e dos títulos neles lastreados.

Um modelo que se esgota

A crise do mercado imobiliário dos EUA foi um significativo estopim para uma crise financeira de grandes proporções. Aparentemente, porém, o fim do ciclo expansivo baseado no dinamismo gerado a partir dos mercados financeiros já parecia estar desenhado no próprio movimento iniciado a partir de fins dos anos 1980, e que durou cerca de 20 anos, período da grande hegemonia liberal em escala mundial.

De fato, esse modelo combinou baixas taxas de juros nos EUA, um processo ativo de criação de inovações nos mercados financeiros e a liberalização das movimentações financeiras em escala mundial. Ampliou, dessa forma, os horizontes dos aplicadores/especuladores, mas também aumentou significativamente a competição entre as instituições financeiras, inclusive entre as tradicionais, como os bancos comerciais e de investimentos, corretoras e outros.

Ao lado disso, a liberalização comercial; a promoção da liberalização de investimentos e dos setores de serviços, incluídos os financeiros; a privatização das empresas públicas, colocando combustível nos mercados de capitais; a desregulamentação dos mercados e outros mecanismos potencializavam um mundo em que os competidores deviam

buscar novos espaços de valorização dos capitais, incentivando a financeirização da riqueza e das relações sociais. Todos os espaços abertos, toda criação humana, todo o planeta, virava um imenso espaço de acumulação de riqueza financeira.

As crises que se sucediam mostravam os riscos dessa engrenagem, mas um espaço aberto à valorização que entrava em crise era progressivamente substituído por outro, gerando um processo eufórico, alimentando uma visão de comportamento de manada, no caso, usando uma figura do mercado financeiro, uma manada de touros⁺⁺⁺, apostando permanentemente na possibilidade de crescimento contínuo e acelerado. A expressão criada por um ex-presidente do FED, o Banco Central dos EUA, Alan Greenspan, falando da “exuberância irracional dos mercados”, aparece como uma boa imagem desse processo. Assim, crises nacionais ou regionais de mercados, como a crise mexicana, a asiática, a russa, a brasileira, a argentina, e outras, se combinavam ou mesclavam com crises setoriais, como a das empresas de informática (a chamada crise das “pontocom”), ou as das empresas de energia, e nos últimos tempos, a dos mercados de hipotecas dos EUA. Aliás, depois da crise de 2007, chegou a se ensaiar um novo espaço de acumulação financeira no chamado mercado de “*commodities*” (energia, minérios, produtos agrícolas), que resultou em uma explosão de preços desses produtos, com o petróleo alcançando, por exemplo, valores próximos a US\$ 150 o barril.

Essa busca de espaços de acumulação financeira, ao mesmo tempo em que era impulsionada, impulsionava uma busca por mais liberalização financeira, mais inovações, mais internacionalização. As propostas de regulação dos mercados

⁺⁺⁺ “Touros”, no jargão do mercado financeiro, são os aplicadores que apostam na alta, permanentemente, enquanto os “ursos” seriam os aplicadores que apostam na baixa dos mercados.

financeiros eram atacadas com o discurso de sua auto-regulação, e acabavam confinadas aos segmentos mais tradicionais, como as chamadas “regras de Basiléia”^{§§§}, que buscavam obrigar um comportamento mais precavido dos chamados bancos comerciais, depois das crises financeiras dos anos 1990.

A criação de novos produtos financeiros, a expansão de fundos de investimentos dos mais variados e dos chamados “derivativos”^{****}, os processos de securitização, entre outros, permitiam “embalar” conjuntamente aplicações mais garantidas com as de maior risco. Dessa forma facilitavam o acesso à liquidez instantânea, fazendo com que a riqueza financeira diferida no tempo pudesse se tornar concreta de imediato. Essas “criativas inovações”, ao combinar diversas operações tendo por base e origem uma mesma transação comercial, permitiam multiplicar no mundo financeiro, por várias vezes, a riqueza virtual⁺⁺⁺⁺. Não é de assombrar que a essa riqueza virtual circulando nos mercados financeiros fosse estimada em mais de US\$ 600 trilhões pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais), valor equivalente a cerca de 10 vezes o valor do PIB efetivo de todos os países do mundo. Nesse “mundo financeiro”, um título público de 30 anos ganhava liquidez imediata, e uma simples operação comercial de importação ou exportação era multiplicada várias vezes nos mercados financeiros, através de mercados futuros,

^{§§§} **Regras de Basiléia** referem-se a um marco regulatório internacional que estabelece um conjunto de normas voltadas para diminuir o risco de quebra do sistema bancário e dos impactos disso sobre empresas e famílias. Tais regras visam promover diminuição do risco de não pagamento dos empréstimos; aumento do capital próprio dos bancos; inspeção regulatória dos bancos centrais; e maior da transparência dos riscos incorridos.

^{****} **Derivativo** é um contrato cujo valor deriva de um outro ativo, ou seja, é um contrato definido entre duas partes no qual se definem pagamentos futuros baseados no comportamento dos preços de um ativo de grande negociação no mercado (normalmente das chamadas *commodities*, moedas, ações, taxas de juros ou títulos).

⁺⁺⁺⁺ Virtual porque para parte dos investidores ela pode se realizar efetivamente (por exemplo, quando eles conseguem vender tais títulos e transformá-los em “dinheiro vivo”); mas para outra parte é fictícia por não se realizar, devido à desvalorização.

mercados cambiais e muitas outras operações. A desregulamentação e as inovações permitiam que a idéia bíblica da multiplicação do pão e dos peixes parecesse um truque de magia de festa de criança, perto do que conseguiam, com suas operações, os mercados financeiros.

Porém, o mundo financeiro, para a sua operacionalização, é baseado em uma idéia muito simples, a da confiança. Assim, quando um cidadão coloca pura e simplesmente seu dinheiro em um banco, confiando que quando precisar vai poder retirá-lo, ele dá ao banco, ao mesmo tempo, o poder de multiplicar esse dinheiro, por meio da concessão de crédito (para consumo ou para investimento). Desde a prosaica operação de possuir uma conta corrente e nela deixar o dinheiro, até as mais complexas operações que puderam ser concebidas no mundo contemporâneo das inovações financeiras, nenhuma delas pode prescindir da relação de confiança. Isto porque, um banco nunca terá a sua disposição, instantaneamente, o conjunto dos recursos que seus clientes ali colocaram, uma vez que, com estes recursos, ele faz operações de crédito, aplicações etc.. Mesmo em situação absolutamente tranqüila, se todos os clientes ameaçassem sacar seu dinheiro de uma instituição financeira, ela obviamente quebraria. Assim, se de alguma forma se fragiliza ou esgota a confiança no sistema, o processo trava. Em uma situação de crise, onde o pânico se espalha, os clientes e aplicadores vão percebendo o tamanho do problema e, obviamente, preferem ver o dinheiro em suas próprias mãos. Porém, os bancos também preferem ter o dinheiro em mãos, as empresas industriais e de serviços a mesma coisa, o comércio idem, e assim vai. É a chamada “preferência pela liquidez”, percebida por Keynes⁺⁺⁺ há 80 anos. Nesse movimento, o

+++ John Maynard Keynes, economista inglês e uma das principais referências teóricas em economia, especialmente quanto as suas reflexões sobre questões de finanças, produção e emprego a partir da crise dos anos 1930, e que voltou a moda nas discussões da crise recente.

crédito vai travando, e com esse travamento, arrasta para baixo todo o processo econômico, afetando a produção e o emprego.

Por isso, não é de surpreender que o mundo financeiro tenha entrado em pânico com as perdas verificadas, ainda mais fundamentalmente com o potencial de perdas que ainda podem ocorrer. Com essa percepção, vão caindo os pilares desse sistema que vigorou por 20 anos – a crença na auto-regulação, na liberalização permanente e progressiva, na capacidade de multiplicação constante da riqueza financeira.

Desmorona, também, o modelo pelo qual os EUA se constituíram, ao mesmo tempo, no principal motor da multiplicação da riqueza financeira, oferecendo crédito farto a seu comércio e a seus consumidores; e como mercado consumidor para todo o mundo. Foi esta característica que viabilizou a transformação de países asiáticos, como China, Coréia do Sul e outros, em espaços de proliferação de plantas manufactureiras para fornecer produtos para o resto do mundo. Nesse modelo construído no ambiente internacional, a liberalização financeira impulsionava a liberalização comercial, e vice-versa. Afinal, os saldos comerciais gigantescos acumulados na Ásia e em outras regiões se transformavam em fundos que iam, em última instância, financiar a própria expansão financeira nos EUA, nos mercados de títulos públicos, bolsas de valores, fundos de investimentos e outros.

Esse modelo que funcionou até aqui se esgota agora com a proporção que a crise está assumindo. Independente das enormes diferenças que existirão entre crise atual e a dos anos 30, do século XX, existe uma grande lição a tirar: o capitalismo, especialmente na sua versão mais financeira, deixado ao seu livre funcionamento, tem uma enorme tendência autodestrutiva que precisa ser controlada, e é exatamente por isso que requer

regulação. Essa idéia, aprendida a muito custo nos anos 1930, necessitou de uma nova crise de grandes proporções para ser lembrada e levada a sério pelos tomadores de decisão na política e na economia. Espera-se que a movimentação por uma nova regulação seja rápida, para que não se torne uma crise como a de 1930, no que se refere a seus enormes impactos sociais e políticos. Espera-se, ademais, que os Estados ajam, nos âmbitos nacional e internacional, para minimizar os impactos negativos da crise sobre o mundo real, em especial sobre as condições de vida das populações dependentes do trabalho para sua sustentação.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Nota Técnica N. °78 - Acesse www.dieese.org.br

INDICADORES ECONÔMICOS

3.1 – Mercado de Trabalho

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, em setembro, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.839 mil pessoas, 72 mil a menos do que no mês anterior.(Tabela 1). **A taxa de desemprego** total diminuiu de 14,5%, em agosto, para os atuais 14,1%(Tabela 2), desempenho típico para o período. Essa é a menor taxa para este mês desde 1998. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto passou de 9,6% para 9,5% e de desemprego oculto, de 4,8% para 4,6%. **A taxa de participação** praticamente não se alterou entre agosto e setembro (de 61,8% para 61,9%).

TABELA 1
Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade Regiões Metropolitanas e no DF Setembro de 2008

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações				
			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)		
	Set-07	Ago-08	Set-08	Set-08/ Ago-08	Set-08/ Set-07	Set-08/ Ago-08	Set-08/ Set-07
População em Idade Ativa	31.979	32.547	32.595	48	616	0,1	1,9
População Economicamente Ativa	19.428	20.128	20.186	58	758	0,3	3,9
Ocupados	16.420	17.217	17.347	130	927	0,8	5,6
Desempregados	3.007	2.911	2.839	-72	-168	-2,5	-5,6
Em Desemprego Aberto	2.035	1.940	1.920	-20	-115	-1,0	-5,7
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	663	648	626	-22	-37	-3,4	-5,6
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	310	322	293	-29	-17	-9,0	-5,5

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

No mês em análise, o **nível de ocupação** variou positivamente (0,8%), em comportamento típico para o período. O número de postos de trabalho criados (130 mil) superou o de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (58 mil), o que resultou no decréscimo do contingente de desempregados (72 mil). O total

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

de ocupados nas seis regiões foi estimado em 17.347 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 20.186 mil.

O movimento da taxa de desemprego total resultou de reduções na maioria das regiões pesquisadas: Recife e São Paulo e, em menor medida, em Belo Horizonte e Salvador. Em Porto Alegre e no Distrito Federal essa taxa manteve-se relativamente estável (Tabela 2).

TABELA 2
Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF

Regiões Metropolitanas	Set-07	Ago-08	Set-08	Em porcentagem Variação	
				Set-08/ Ago/08	Set-08/ Set-07
Total	15,5	14,5	14,1	-2,8	-9,0
Distrito Federal	17,3	15,9	15,8	-0,6	-8,7
Belo Horizonte	11,4	9,7	9,5	-2,1	-16,7
Porto Alegre	12,8	11,3	11,2	-0,9	-12,5
Recife	19,2	21,3	20,4	-4,2	6,3
Salvador	21,7	19,9	19,7	-1,0	-9,2
São Paulo	15,1	14,0	13,5	-3,6	-10,6

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais

Em setembro, o nível de ocupação cresceu em Recife (1,5%), Porto Alegre (1,4%), Salvador (1,0%), São Paulo (0,7%) e no Distrito Federal (0,4%) e apresentou relativa estabilidade em Belo Horizonte (0,1%).

Segundo os principais setores de atividade, o nível ocupacional aumentou nos **Serviços** (171 mil novas ocupações, ou 1,9%), na **Construção Civil** (18 mil, ou 1,9%) e na **Indústria** (16 mil, ou 0,6%), mas diminuiu no agregado **Outros Setores** (38 mil, ou 2,5%) e no **Comércio** (37 mil, ou 1,3%) (Tabela 3).

TABELA 3
Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
	Set-07	Ago-08	Set-08	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
				Set-08/ Ago/08	Set-08/ Set-07	Set-08/ Ago/08	Set-08/ Set-07
Total	16.420	17.217	17.347	130	927	0,8	5,6
Indústria	2.684	2.699	2.715	16	31	0,6	1,2
Comércio	2.634	2.828	2.791	-37	157	-1,3	6,0
Serviços	8.766	9.234	9.405	171	639	1,9	7,3
Construção Civil (1)	877	946	964	18	87	1,9	9,9
Outros (2)	1.459	1.510	1.472	-38	13	-2,5	0,9

Fonte: Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(2) Inclui obras de infra-estrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros ramos de atividade.

Por **posição na ocupação**, o assalariamento total aumentou 1,8%, devido ao crescimento no setor privado (2,3%), já que o emprego público manteve relativa estabilidade (-0,3%). O desempenho do setor privado refletiu o aumento do número de assalariados com e sem carteira de trabalho assinada (2,2% e 2,7%, respectivamente). Diminuíram os contingentes de empregados domésticos (2,3%) e de trabalhadores autônomos (1,6%) e permaneceu relativamente estável o daqueles classificados nas demais posições ocupacionais (-0,1%) (Tabela 4).

Em agosto, no conjunto das regiões pesquisadas, o **rendimento médio** real dos ocupados elevou-se em 1,0%, passando a valer R\$ 1.171, e o dos assalariados oscilou negativamente (0,4%), tornando-se equivalente a R\$ 1.227.

O rendimento médio real dos ocupados cresceu no Distrito Federal (2,6%, passando a valer R\$1.735), em Recife (2,5%, R\$ 735), em São Paulo (1,6%, R\$1.216) e em Porto Alegre (0,8%, R\$ 1.159) e reduziu-se em Belo Horizonte (1,3%, R\$ 1.134) e em Salvador (0,6%, R\$ 942).

TABELA 4
Estimativas de Ocupados por posição na ocupação

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Set-07	Ago-08	Set-08	Set-08/ Ago/08	Set-08/ Set-07	Set-08/ Ago/08	Set-08/ Set-07
	Total	16.420	17.217	17.347	130	927	0,8
Total de Assalariados	10.819	11.522	11.733	211	914	1,8	8,4
Setor Privado	9.035	9.626	9.846	220	811	2,3	9,0
Com Carteira Assinada	7.116	7.656	7.821	165	705	2,2	9,9
Sem Carteira Assinada	1.919	1.971	2.025	54	106	2,7	5,5
Setor Público	1.784	1.892	1.886	-6	102	-0,3	5,7
Autônomos	3.073	3.048	3.000	-48	-73	-1,6	-2,4
Empregados Domésticos	1.329	1.363	1.331	-32	2	-2,3	0,2
Demais Posições (1)	1.199	1.284	1.283	-1	84	-0,1	7,0

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

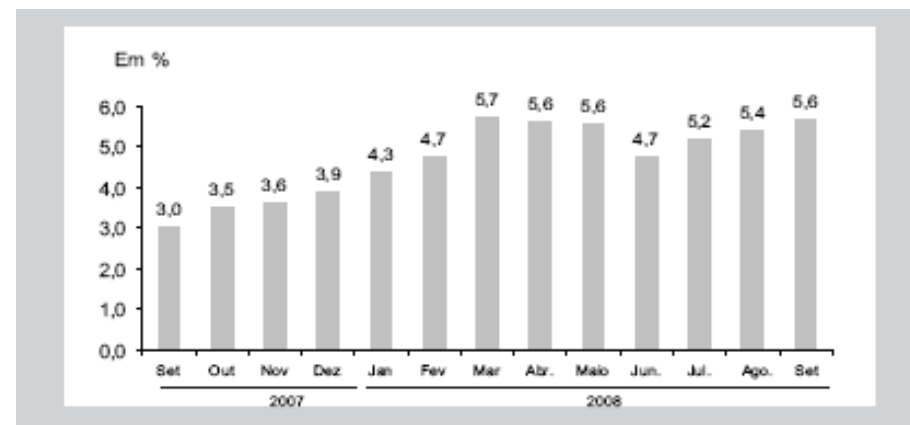
(1) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Em relação a setembro de 2007, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas aumentou 5,6%, taxa superior à observada nos três meses anteriores e em setembro do ano passado (Gráfico 2). Nesse período, foram gerados 927 mil postos de trabalho, número maior que o de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (758 mil), o que reduziu o contingente de desempregados em 168 mil pessoas. A **taxa de participação** elevou-se de 60,8% para 61,9%, entre setembro de 2007 e de 2008.

O nível de ocupação cresceu em todas as regiões pesquisadas, embora com intensidades diferenciadas: 8,0% em Porto Alegre; 6,8% em Recife; 5,7% no Distrito Federal; 5,4% em São Paulo; 5,2% em Belo Horizonte; e 4,0% em Salvador.

GRÁFICO 1 Variação Anual ⁽¹⁾ da Ocupação Regiões Metropolitanas ⁽²⁾

2007-2008



Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

O número de postos de trabalho aumentou em todos os setores de atividade analisados: mais 639 mil nos **Serviços** (7,3%), 157 mil no **Comércio** (6,0%), 87 mil na **Construção Civil** (9,9%), 31 mil na **Indústria** (1,2%) e 13 mil nos **Outros Setores** (0,9%).

Por **posição na ocupação**, aumentou o assalariamento total (914 mil pessoas ou 8,4%) devido a sua expansão no setor privado (811 mil pessoas), principalmente pela contratação de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (705 mil) e, em menor proporção, dos sem carteira (106 mil). Também aumentou o emprego no setor público (102 mil pessoas) e entre os ocupados classificados nas demais posições (84 mil). Manteve-se relativamente estável o número de empregados domésticos (mais 2 mil) e diminuiu o contingente de trabalhadores autônomos (73 mil).

Nos últimos 12 meses, a **taxa de desemprego** total no conjunto das regiões onde a PED é realizada diminuiu de 15,5% para

14,1%, devido às reduções nas taxas de desemprego aberto (de 10,5% para 9,5%) e oculto (de 5,0% para 4,6%).

A retração da taxa de desemprego total foi observada em quase todas as regiões pesquisadas, com destaque para Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. Apenas em Recife essa taxa aumentou (Tabela 2).

Entre agosto de 2007 e de 2008, o **rendimento médio** real dos ocupados no conjunto das regiões pesquisadas cresceu 4,8%. Essa variação refletiu os aumentos verificados em Belo Horizonte (9,9%), Salvador (9,3%), Distrito Federal (7,8%), Porto Alegre (4,9%), São Paulo (2,7%) e Recife (1,5%).

Quanto ao **mercado de trabalho formal**^{§§§§} brasileiro, em setembro de 2008, foram gerados **282.841** postos de trabalho celetistas, resultando no crescimento de 0,92% em relação ao estoque do mês anterior. De janeiro a setembro de 2008, o volume de empregos criados atingiu 2.086.570, ou mais 7,2%, ultrapassando em 25,2% o resultado acumulado nos nove primeiros meses de 2004 (1.666.188 postos ou 7,14%), que era o maior saldo anteriormente obtido para o mesmo período. Nos últimos 12 meses, a variação acumulada atingiu alta de 7,24%, ou 2.096.970 empregos formais.

Em termos setoriais, destacam-se o de **Serviços**, que obteve o melhor desempenho para o mês com a geração de 104.653 postos (+0,87%); a **Indústria de Transformação**, com mais 114.002 postos (+1,54%), apresentando o seu melhor resultado mensal para toda a série histórica do Caged; o **Comércio**, que ostentou o saldo recorde de 53.260 postos (+0,80%) e a **Construção Civil** que, com a expansão de 32.769 postos

^{§§§§} O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

(+1,82%), também obteve o melhor saldo da série para o período.

A **Indústria de Transformação** apresentou desempenho recorde em três dos seus doze ramos: **Indústria de Produtos Alimentícios** (+65.551 postos ou +3,70%), **Metalúrgica** (+8.680 postos ou +1,15%) e **Química** (+7.864 postos ou +1,05%). Destaca-se também a **Indústria Têxtil**, com a geração de 10.030 postos de trabalho (+1,04%). Apenas o ramo da Borracha apresentou redução do número de empregos (-54 postos, ou -0,02%), que pode ser interpretado como relativa estabilidade.

TABELA 5
Evolução do emprego formal por Setores e Subsetores
Selecionados - Brasil 2007 – 2008

SETORES E SUBSETORES	SALDO ¹ DE EMPREGOS JAN/SET 2007	SALDO ¹ DE EMPREGOS JAN/SET 2008	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
IND. EXTRAT. MINERAL	8.887	12.883	44,96
IND. TRANSFORMAÇÃO	480.018	523.974	9,16
PROD.MIN NÃO MET	11.662	18.940	62,41
METALURGICA	46.942	58.502	24,63
MECÂNICA	38.808	45.576	17,44
MAT ELET. COMUM	14.820	22.297	50,45
MAT TRANSPORTE	41.536	42.681	2,76
MAD E MOBILIÁRIO	12.513	3.519	-71,88
PAP. PAPELÃO. EDIT	9.928	15.182	52,92
BOR. FUM. COUROS	11.666	14.413	23,55
QUIM. PR.FARM. VET	29.880	39.681	32,80
TÊXTIL, VESTUÁRIO	52.447	54.910	4,70
CALÇADOS	20.284	33.176	63,56
PROD ALIMENT. BEB	189.532	175.097	-7,62
SERV.IND. UT. PUB	7.095	10.569	48,96
CONSTRUÇÃO CIVIL	173.140	300.882	73,78
TOTAL INDÚSTRIA	669.140	848.308	26,78

Fonte: MTE/CAGED

(1) Representa a diferença entre admitidos e desligados.

Segundo recorte geográfico, os dados do Caged evidenciaram que todas as Grandes Regiões apresentaram expansão do número de trabalhadores celetistas para o mês: Sudeste (+111.966 postos ou +0,65%), Nordeste (+105.811 postos ou 2,43%), ambas com resultado recorde, Sul (+40.318 postos ou 0,71%), segundo melhor saldo, sendo o anterior em 2007 com 40.899 postos ou +0,77%, Centro-Oeste (+14.540 postos ou +0,66%), resultado recorde, e Norte (+10.206 postos ou +0,81%).

Com relação às Unidades da Federação, verificou-se expansão generalizada, cabendo destacar São Paulo, com a criação de 72.268 postos de trabalho em setembro ou alta de 0,70%, superado apenas pelo resultado de 2007 (+77.418 postos ou +0,81%). Dentre os vinte e sete estados, doze apresentaram resultados recordes, destacando-se: Pernambuco (+38.142 ou +4,42%), Alagoas(+36.752 ou +16,82%), Rio de Janeiro (+22.444 postos ou +0,76%), Paraná (+17.404 postos ou +0,83%) e Minas Gerais (+12.040 postos ou +0,36%).

TABELA 6

Evolução do Emprego por Nível Geográfico - Brasil, Regiões e UF's - 2007-2008

UF's	SALDO ¹ DE EMPREGOS JAN/SET 2007	SALDO ¹ DE EMPREGOS JAN/SET 2008	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
Norte	66.972	67.030	0,09
Acre	928	2.338	151,94
Amazonas	20.298	26.455	30,33
Amapá	1.498	1.746	16,56
Pará	25.427	21.817	-14,20
Rondônia	9.596	63.822	565,09
Roraima	1.090	342	-68,62
Tocantins	8.135	6.760	-16,90
Nordeste	168.076	227.945	-35,62
Alagoas	-1.865	496	126,60
Bahia	56.054	62.946	12,30
Ceará	28.118	38.655	37,47
Maranhão	16.250	25.156	54,81
Paraíba	7.446	9.202	-23,58
Pernambuco	35.497	53.461	-50,61
Piauí	6.160	11.697	89,89
Rio Grande do Norte	13.730	16.628	21,11
Sergipe	6.686	9.704	45,14
Sudeste	982.895	1.263.626	28,56
Espírito Santo	25.487	41.662	63,46
Minas Gerais	173.178	282.143	62,92
Rio de Janeiro	102.181	142.151	39,12
São Paulo	682.049	797.670	16,95
Sul	262.161	345.145	31,65
Paraná	131.508	154.896	17,78
Rio Grande do Sul	61.952	101.323	63,55
Santa Catarina	68.701	88.926	29,44
Centro-Oeste	126.888	182.824	44,08
Distrito Federal	9.664	28.344	193,29
Goiás	60.264	82.737	37,29
Mato Grosso	38.555	46.490	20,58
Mato Grosso do Sul	18.405	25.253	37,21

Fonte: MTE/CAGED

(1) Saldo - Representa a diferença entre admitidos e desligados.

3.2 – Taxas de Inflação

O custo de vida no município de São Paulo ou ICV é calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares. Em setembro, o ICV-DIEESE apresentou aumento de 0,14%, o que corresponde a 0,18 ponto percentual (pp) abaixo da taxa de agosto (0,32%). **Habitação (0,65%), Despesas Pessoais (1,39%) e Transporte (0,26%),** foram os grupos que mais pressionaram o ICV-DIEESE, com contribuição conjunta em seu cálculo de 0,24 pp. Este aumento foi compensado, em grande parte, pela queda ocorrida na **Alimentação (-0,41%)** e no **Vestuário (-0,16%)**. (Tabela 1).

A retração verificada na **Alimentação (-0,41%)** foi maior para o subgrupo referente aos produtos *in natura* e semi-elaborados (-0,84%), seguida da indústria alimentícia (-0,35%). A alimentação fora do domicílio (0,43%) apresentou ligeira alta.

A indústria alimentícia (-0,35%) registrou pouca alteração em seus valores. Podem ser destacadas as seguintes quedas: leite longa vida (-7,29%), óleos (-3,50%), trigo (-2,69%), e leite em pó (-2,18%).

Já a alimentação fora do domicílio (0,43%) foi o único subgrupo da **Alimentação** cujos preços subiram, com alta maior para os lanches (0,84%) e menor para as refeições principais (0,14%).

Outro grupo cujas taxas caíram foi o **Vestuário (-0,16%)**, devido às liquidações de fim de estação. Foram constatadas taxas negativas tanto nos calçados (-0,20%) como nas roupas (-0,13%).

A alta na **Habitação (0,65%)** teve origem no reajuste da tarifa de água e esgoto (3,83%), ocorrida a partir da segunda semana de setembro, com apenas uma parte do impacto da elevação neste mês. Para outubro ainda deve haver um resíduo da ordem de 1,26%. Os produtos de limpeza doméstica também tiveram alta (1,75%), com alguns aumentos que se destacaram: sabão em pedra (10,44%), removedor (5,44%) e sabão em pó (2,09%).

Os subgrupos das **Despesas Pessoais (1,39%)** registraram taxas distintas: para higiene e beleza (-0,09%), praticamente, não houve alteração em seus produtos, com algumas variações apuradas para papel higiênico (-1,34%), shampoo (-2,97%), sabonete (2,93%) e desodorante (1,74%). No *fumo e acessórios* (3,62%), a elevação deve-se ao aumento do cigarro (3,71%), que já havia influenciado, em parte, a inflação de agosto, dado que o reajuste se deu a partir da quarta semana daquele mês.

Outro grupo com aumento significativo foi o Transporte (0,26%), que subiu em consequência da elevação no subgrupo individual (0,36%), pressionado pela alta nos combustíveis (0,64%), notadamente, o álcool (1,97%).

TABELA 1
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxas, contribuições e ponderações Por grupos e subgrupos Município de São Paulo - setembro de 2008

Grupos e subgrupos	Variação (%)	Contribuição (pp.)	Ponderação (%)
Total Geral	0,14	0,14	100,00
. Habitação	0,65	0,15	22,74
Locação, impostos e condomínio	0,28	0,02	6,10
Operação do domicílio	0,82	0,11	13,19
Conservação do domicílio	0,65	0,02	3,45
. Despesas Pessoais	1,39	0,05	3,57
Higiene e beleza	-0,09	0,00	2,14
Fumo e acessórios	3,62	0,05	1,43
. Transporte	0,26	0,04	15,88
Individual	0,36	0,04	11,22
Coletivo	0,00	0,00	4,66
. Vestuário	-0,16	0,00	2,88
Roupas	-0,13	0,00	1,61
Calçados	-0,20	0,00	1,11
. Alimentação	-0,41	-0,12	28,21
<i>In natura</i> e semi-elaborados	-0,84	-0,10	12,51
Indústria da alimentação	-0,35	-0,04	10,24
Fora do domicílio	0,43	0,02	5,46

Fonte: DIEESE

Nos últimos 12 meses - entre outubro de 2007 e setembro de 2008 - o ICV-DIEESE acumula alta de 6,79%. Quando são considerados os diferentes estratos, a taxa para famílias de menor aquisitivo é a mais elevada (8,41%) e diminui nos dois estratos subsequentes: 7,27% para o estrato 2 e 6,15%, para o 3.

Nos nove meses de 2008 – entre janeiro e setembro - a inflação foi de 5,00%. As variações acumuladas por estrato seguem o mesmo comportamento que para o acumulado anual, sendo maior para o 1º estrato (5,98%), seguido do 2º (5,15%) e com menor variação no 3º (4,66%)

Em 12 meses, os aumentos ocorreram de maneira bastante heterogênea entre os grupos que compõem o ICV-DIEESE. Para uma inflação da ordem de 6,79%, as maiores altas foram apuradas na **Alimentação (13,78%)**, **Habitação (7,46%)** e **Despesas Pessoais (9,13%)**. Já as menores variações foram detectadas nos grupos: **Equipamento Doméstico (-2,10%)**, **Vestuário (-0,12%)**, **Saúde (2,06%)** e **Transporte (2,54%)**.

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda **** para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE encontram-se na Tabela 2.

**** O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

TABELA 2
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxa geral e por estrato de renda
Município de São Paulo

Índices	ago/08 (%)	set/08 (%)	Diferença (pp)
Geral	0,32	0,14	-0,18
Estrato 1	0,05	0,10	0,05
Estrato 2	0,19	0,11	-0,08
Estrato 3	0,44	0,17	-0,27

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

A variação da taxa em setembro foi de 0,26%, ficando muito próximo do resultado do mês de agosto, quando registrou 0,28%. Com este resultado o índice situou-se em 4,76% no ano, enquanto no mesmo período do ano passado havia ficado em 2,99%. Nos últimos doze meses, o resultado foi de 6,25%, também superior à taxa dos doze meses imediatamente anteriores (6,17%).

Apesar da liderança do item “**refeição fora do domicílio**”, cuja alta de 1,39% gerou 0,06 ponto percentual no rol das principais

contribuições, o grupo **Alimentação e Bebidas** apresentou queda mais acentuada do que no mês anterior, passando de -0,18% para -0,27%, com contribuição de -0,06 ponto.

Foram vários os produtos que determinaram o comportamento do grupo, destacando-se o **leite pasteurizado**, que, ao ficar 4,49% mais barato, contribuiu com -0,05 ponto percentual na formação do IPCA do mês. Abaixo, os principais itens em queda.

Assim, com o resultado de setembro, o grupo dos **produtos alimentícios**, ainda que em queda no mês, acumula alta de 9,29% no ano, bem acima de igual período do ano passado, quando havia ficado em 7,20%. A seguir, as variações em 2007 e 2008.

TABELA 3 - Variação mensal e acumulada do grupo Alimentação - 2007 e 2008 – IPCA-IBGE

MESES	ALIMENTAÇÃO VARIAÇÃO (%)			
	2007		2008	
	MENSAL	ACUMULADA	MENSAL	ACUMULADA
Janeiro	0,84	0,84	1,52	1,52
Fevereiro	0,78	1,63	0,60	2,13
Março	0,98	2,62	0,89	3,04
Abril	0,03	2,65	1,29	4,37
Mai	0,16	2,81	1,95	6,40
Junho	1,09	3,93	2,11	8,64
Julho	1,27	5,26	1,05	9,78
Agosto	1,39	6,73	-0,18	9,58
Setembro	0,44	7,20	-0,27	9,29
Outubro	0,52	7,76	-	-
Novembro	0,73	8,55	-	-
Dezembro	2,06	10,79	-	-

Quanto aos **produtos não alimentícios**, tiveram taxas idênticas em agosto e setembro: 0,42%. Dos nove grupos que compõem o IPCA, incluindo o dos **alimentos**, três mostraram queda em setembro. Cinco deles, no entanto, apresentaram variações crescentes de um mês para o outro. Além disso, o grupo **Habituação** teve resultado em alta mas em menor ritmo de crescimento na comparação com o mês anterior. É o que mostra a tabela seguinte.

TABELA 4 – Variação mensal e acumulada dos grupos componentes do IPCA-IBGE – 2008

GRUPO	VARIAÇÃO (%)		
	AGOSTO	SETEMBRO	ACUMULADA NO ANO
Índice geral	0,28	0,26	4,76
Alimentação e Bebidas	-0,18	-0,27	9,29
Habituação	0,77	0,50	3,70
Artigos de Residência	0,23	0,37	0,94
Vestuário	0,39	0,70	4,18
Transporte	0,06	0,39	2,34
Saúde e Cuidados Pessoais	0,32	0,46	4,77
Despesas Pessoais	0,73	0,80	5,47
Educação	0,42	-0,05	4,41
Comunicação	0,69	-0,12	1,48

Sobre as regiões pesquisadas, o maior resultado foi registrado em **Goiânia** (0,52%), observando que os preços do litro da **gasolina** ficaram 4,88% mais caros, assim como o litro do **álcool**, que passou a custar 8,02% a mais. O menor índice foi o

de **Brasília** (-0,53%), influenciado pelo resultado dos **alimentos** que ficaram 1,09% mais baratos.

O **INPC**, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O resultado de setembro apresentou variação de 0,15%, abaixo do resultado de 0,21% de agosto em 0,06 ponto percentual. No acumulado do ano o índice situou-se em 5,25%, superior à taxa de 3,39% referente ao mesmo período do ano passado. Nos últimos doze meses o resultado havia ficado em 7,04%, abaixo da taxa de 7,15% dos doze meses imediatamente anteriores. Em setembro de 2007 o **INPC** foi 0,25%.

Os produtos **alimentícios** apresentaram variação de -0,46% em setembro, enquanto os **não alimentícios** aumentaram 0,42%. Em agosto os resultados foram: -0,42% e 0,49%, respectivamente.

Sobre as regiões pesquisadas, **Porto Alegre** apresentou a maior variação (0,44%) devido, principalmente, ao resultado do grupo **Alimentação e Bebidas** (0,18%), que foi, também, o maior resultado de grupo entre as áreas. Porém o contrário aconteceu em **Brasília**, onde os **alimentos** ficaram 1,28% mais baratos, levando ao menor resultado do mês (-0,54%).

TABELA 9
Taxas de Inflação
Brasil – 2004 – 2008

Período	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
2007	4,80	5,16	4,46
jan/08	0,88	0,69	0,54
fev/08	-0,03	0,48	0,49
mar/08	0,45	0,51	0,48
abr/08	0,42	0,64	0,55
mai/08	0,87	0,96	0,79
jun/08	0,97	0,91	0,74
jul/08	0,87	0,58	0,53
ago/08	0,32	0,21	0,28
set/08	0,14	0,15	0,26
DATA BASE 1°			
DE OUTUBRO			
DE 2008	6,79	7,04	6,25

Fonte: DIEESE e IBGE

3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho

necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

O preço do conjunto de gêneros alimentícios essenciais registrou, em setembro, predomínio de queda, ainda que em ritmo menor que o de agosto. Catorze das 16 capitais onde o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica apresentaram redução, no último mês. Apenas em Florianópolis (2,04%) e Rio de Janeiro (0,42%) houve elevação. Mas, ao contrário de agosto quando as retrações superaram 10,0% em quatro localidades, desta vez os maiores recuos foram de 7,34%, em Belém; 6,96%, em Salvador; 5,28%, em Aracaju e 5,15%, em Curitiba.

Com novo recuo do custo da cesta ocorrido em setembro, a variação acumulada no ano também diminuiu na maior parte das cidades pesquisadas, e agora, 11 localidades acumulam, nos últimos nove meses, alta abaixo de 10,0%, com destaque para Belém (0,62%), Aracaju (2,86%) e Goiânia (4,72%). As maiores elevações ocorreram em Florianópolis (17,10%), Curitiba (16,49%), João Pessoa (14,66%) e Brasília (14,39%).

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em setembro de 2008, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

++++ Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Setembro de 2008

Capital	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)	Variação Anual (%)
Florianópolis	2,04	223,47	58,53	118h 28min	17,10	20,83
Rio de Janeiro	0,42	215,58	56,46	114h 17min	10,86	14,70
Vitória	-1,39	205,09	53,72	108h 43min	8,22	13,97
João Pessoa	-2,45	177,82	46,57	94h 16min	14,66	22,94
São Paulo	-2,68	234,68	61,47	124h 25min	9,34	20,76
Natal	-2,84	183,57	48,08	97h 19min	9,33	12,60
Brasília	-3,55	221,03	57,89	117h 10min	14,39	25,18
Porto Alegre	-3,73	232,16	60,81	123h 04min	9,04	12,27
Goiânia	-4,01	198,28	51,93	105h 07min	4,72	24,49
Belo Horizonte	-4,45	220,97	57,88	117h 08min	7,90	22,37
Recife	-4,73	167,76	43,94	88h 56min	7,95	15,58
Fortaleza	-4,88	169,67	44,44	89h 57min	7,15	14,84
Curitiba	-5,14	218,10	57,12	115h 37min	16,49	23,49
Aracaju	-5,28	176,05	46,11	93h 20min	2,86	12,03
Salvador	-6,96	174,25	45,64	92h 22min	9,79	17,69
Belém	-7,34	191,19	50,08	101h 21min	0,62	15,46

Fonte: DIEESE
Fonte: DIEESE

Nos últimos 12 meses – de outubro de 2007 a setembro último – os aumentos em todas as capitais pesquisadas continuaram a ser muito expressivos, ainda que acumulem variações inferiores às apuradas para o período de um ano encerrado em agosto. As maiores altas verificaram-se em Brasília (25,18%), Goiânia (24,49%), Curitiba (23,49%), João Pessoa (22,94%) e Belo Horizonte (22,37%). Aracaju (12,03%), Porto Alegre (12,27%) e Natal (12,60%) apresentaram as menores variações acumuladas no período.

Com base no custo apurado para a cesta na capital paulista, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Como a maioria das cidades pesquisadas registraram recuo no preço da cesta, o salário mínimo necessário também caiu em setembro, sendo estimado em R\$ 1.971,55, ou seja 4,75 vezes o piso em vigor (R\$ 415,00). Em agosto, este valor correspondia a R\$ 2.025,99, o que representava 4,88 vezes o menor salário do país. Em setembro de 2007, o salário mínimo necessário foi estimado em R\$ 1.737,16 e correspondia a 4,57 vezes o mínimo oficial (R\$ 380,00).

A retração verificada nos preços dos produtos básicos na maioria das capitais pesquisadas permitiu que o tempo de trabalho necessário para a aquisição da cesta, na média das 16 localidades, recuasse em setembro, ficando em 106 horas e 21 minutos, contra 110 horas e 12 minutos exigido para a mesma compra, em agosto. Em setembro de 2007, o trabalhador remunerado pelo salário mínimo precisava cumprir uma jornada de 98 horas e 41 minutos, para adquirir os mesmos bens.

Também quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, isto é, após o desconto equivalente à Previdência Social, o comportamento é o mesmo. Em setembro, a compra da cesta requiritava o comprometimento de 52,54% do rendimento líquido, enquanto em agosto, a aquisição exigia 54,45% desse total. Em setembro do ano passado, o percentual comprometido correspondia a 48,41% do salário mínimo, menos da metade dos vencimentos líquidos.

4 – DESEMPENHO SETORIAL

4.1 – Indústria Geral

Em agosto de 2008, a produção industrial, calculada pelo IBGE, registrou variação negativa de 1,3%, frente ao mês anterior, devolvendo parte do expressivo crescimento de 4,3% acumulado nos dois meses anteriores. No confronto com agosto de 2007 o acréscimo ficou em 2,0%. Com isso, tanto o acumulado no ano (6,0%) como o acumulado nos últimos doze meses (6,5%) desaceleraram frente aos resultados de julho (6,7% e 6,9%, respectivamente).

O recuo observado na produção entre julho e agosto atingiu a maioria (15) dos vinte e sete ramos pesquisados. O principal impacto negativo veio de outros produtos químicos (-5,5%), setor que vinha com crescimento acumulado de 12,3% nos últimos três meses. Também merecem destaque os ramos de alimentos (-3,1%), quarta redução consecutiva com perda acumulada de 6,2%, e refino de petróleo e produção de álcool (-4,1%), que interrompeu quatro meses seguidos de taxas positivas, acumulando 12,2% neste período. Vale mencionar que esta queda de 4,1% foi influenciada por uma paralisação técnica em uma das unidades de refino. Entre os dez ramos industriais que avançaram a produção, farmacêutica (4,9%) e material eletrônico e equipamentos de comunicações (3,9%) e veículos automotores (1,0%) exerceram as influências positivas mais relevantes.

Por categorias de uso, ainda no confronto mês/mês anterior, a queda mais acentuada foi observada em bens intermediários (-2,7%), a maior desde outubro de 2001 (-3,0%). Esse segmento vinha de quatro meses consecutivos de expansão, período que acumulou ganho de 4,5%. O setor de bens de consumo semi e

não duráveis também mostrou taxa negativa (-0,3%), após avanço de 2,7% no período julho 08/ abril 08. A produção de bens de capital (0,1%) ficou próxima à estabilidade e acumula 10,4% de crescimento em três meses. Bens de consumo duráveis, ao registrar acréscimo de 2,1%, devolveu em parte a queda registrada em julho (-4,3%).

Na comparação com agosto de 2007, a produção global da indústria assinalou expansão de 2,0%, marca bem abaixo das observadas em meses recentes. Além da influência da elevada base de comparação, uma vez que a partir de agosto do ano passado a produção acentuava a sua trajetória ascendente, observa-se que agosto último teve menos dois dias trabalhados que agosto de 2007. Nessa comparação, doze das vinte e sete atividades sustentaram taxas positivas, enquanto que em julho (8,8%) o acréscimo atingiu o dobro (24) das atividades. O menor ritmo também se confirma no índice de difusão, que após chegar aos 64% dos 755 produtos pesquisados em julho, recua para 48% em agosto. Entre as atividades, os acréscimos que mais impactaram o resultado global foram apontados por veículos automotores (9,9%), farmacêutica (16,3%) e indústrias extrativas (8,6%), influenciadas pelo aumento na produção de automóveis e caminhão-trator; medicamentos; e minérios de ferro e petróleo. Por outro lado, quinze ramos registraram queda, com destaque para o recuo de 7,4% observado em alimentos, influenciado pela queda em 63% dos produtos investigados. Neste setor, de maior peso na estrutura industrial, sobressaem a menor produção dos itens açúcar cristal e sucos concentrados de laranja.

Nos índices por categorias de uso, ainda na comparação mensal, todos os resultados foram positivos, à exceção de bens de consumo semi e não duráveis (-1,1%). O segmento de bens de capital obteve a taxa mais elevada (12,1%), apoiado no aumento de produção da maior parte de seus subsetores, com destaque para bens de capital para transporte (20,4%), para uso

misto (12,1%), para fins industriais (5,5%) e para fins agrícolas (25,3%). A produção de bens de consumo duráveis superou em 2,8% a de agosto do ano passado, particularmente influenciada pelo desempenho favorável de automóveis (10,4%), já que a produção de eletrodomésticos e a de telefones celulares recuam 2,2% e 11,4%, respectivamente. Vale mencionar que, no caso dos eletrodomésticos, a principal pressão negativa veio da “linha marrom” (-7,9%), uma vez que a “linha branca” cresce 17,3%.

O indicador acumulado para o período janeiro-agosto atinge 6,0%, apoiado no crescimento de vinte e uma atividades, com veículos automotores (17,2%) liderando a expansão global, sustentado pela maior produção de automóveis, caminhões e autopeças, vindo a seguir máquinas e equipamentos (9,2%), com destaque para a maior produção de aparelhos elevadores ou transportadores para mercadorias e máquinas para colheita, itens tipicamente associados ao segmento de bens de consumo duráveis (11,8%) e ao segmento de bens de capital (18,1%), setores que vêm liderando a expansão industrial, enquanto bens intermediários (5,0%) e bens de consumo semi e não duráveis (1,7%) crescem abaixo da média da indústria. Em síntese, tanto a redução observada na passagem de julho para agosto (-1,3%) quanto a perda de fôlego nos indicadores para períodos mais longos (acumulados no ano e nos últimos 12 meses) foram influenciados de forma significativa pelo efeito calendário. No entanto, o índice de média móvel trimestral manteve o ritmo da atividade industrial observado no mês anterior, sustentado pelo forte crescimento registrado em junho e julho.

Em síntese, tanto a redução observada na passagem de julho para agosto (-1,3%) quanto a perda de fôlego nos indicadores para períodos mais longos (acumulados no ano e nos últimos 12 meses) foram influenciados de forma significativa pelo efeito

calendário. No entanto, o índice de média móvel trimestral manteve o ritmo da atividade industrial observado no mês anterior, sustentado pelo forte crescimento registrado em junho e julho.

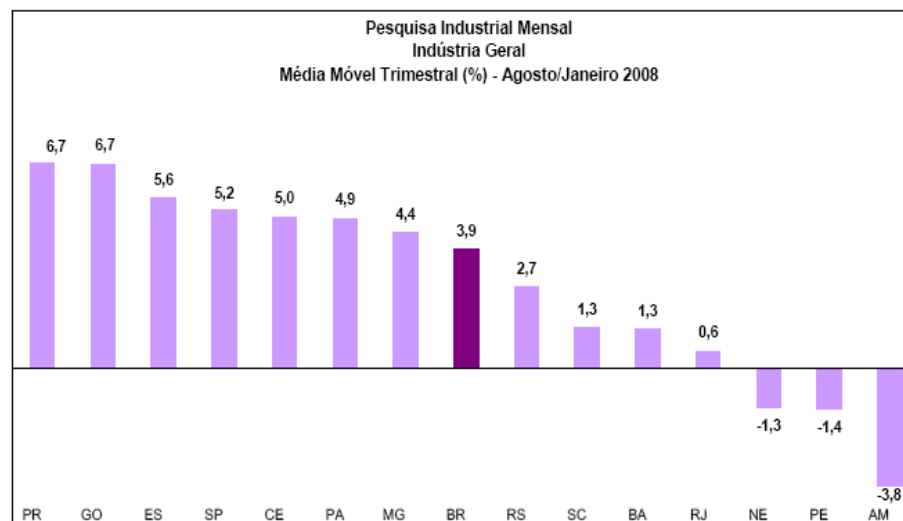
Em 2008, na passagem de julho para agosto, os índices regionais da produção industrial, ajustados sazonalmente, apontaram expansão em oito dos quatorze locais pesquisados, com as taxas mais elevadas vindo dos estados do nordeste: Pernambuco (5,3%), Bahia (4,4%), região Nordeste (3,1%) e Ceará (2,4%). Pará (1,6%), Espírito Santo (1,4%), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ambos com 0,7%) ficam acima da média nacional (-1,3%). Entre as áreas com queda na produção, as pressões mais relevantes vieram de São Paulo e Minas Gerais (ambos com -1,8%), Rio de Janeiro (-2,7%) e Paraná (-4,8%), que respondem por cerca de 65% do total da indústria.

Ao longo de 2008 a produção nacional avança de forma permanente. Segundo o índice de média móvel trimestral, a indústria nacional cresce desde fevereiro último, acumulando até agosto expansão de 3,9%. Onze dos quatorze locais também mostraram saldo positivo nessa comparação, com Paraná e Goiás (ambos com 6,7%), Espírito Santo (5,6%) e São Paulo (5,2%) apontando as trajetórias mais vigorosas, enquanto Amazonas (-3,8%), Pernambuco (-1,4%) e região Nordeste (-1,3%) foram os locais com perdas no mesmo período.

Frente a igual mês do ano anterior, os resultados de agosto foram positivos em doze dos locais pesquisados. Vale mencionar que em agosto deste ano há dois dias úteis a menos que em agosto de 2007. A maioria (8) das quatorze áreas investigadas registrou crescimento acima da média nacional (2,0%), onde destacaram-se, em termos de ritmo de expansão, Pará (10,3%), Espírito Santo (7,1%), Bahia (7,0%) e Goiás

(6,7%) beneficiadas pelo desempenho positivo das indústrias extrativas, celulose e papel e produtos químicos. Por outro lado, Amazonas (-3,0%) e Santa Catarina (-1,8%) foram os únicos locais que reduziram a produção nessa comparação, influenciados, principalmente, pelo recuo dos setores de alimentos e bebidas e madeira, respectivamente.

Ao longo de 2008 a produção nacional avança de forma permanente. Segundo o índice de média móvel trimestral, a indústria nacional cresce desde fevereiro último, acumulando até agosto expansão de 3,9%. Onze dos quatorze locais também mostraram saldo positivo nessa comparação, com Paraná e Goiás (ambos com 6,7%), Espírito Santo (5,6%) e São Paulo (5,2%) apontando as trajetórias mais vigorosas, enquanto Amazonas (-3,8%), Pernambuco (-1,4%) e região Nordeste (-1,3%) foram os locais com perdas no mesmo período.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, coordenação de Indústria

Frente a igual mês do ano anterior, os resultados de agosto foram positivos em doze dos locais pesquisados. Vale mencionar que em agosto deste ano há dois dias úteis a menos que em agosto de 2007. A maioria (8) das quatorze áreas investigadas registrou crescimento acima da média nacional (2,0%), onde destacaram-se, em termos de ritmo de expansão, Pará (10,3%), Espírito Santo (7,1%), Bahia (7,0%) e Goiás (6,7%) beneficiadas pelo desempenho positivo das indústrias extrativas, celulose e papel e produtos químicos. Por outro lado, Amazonas (-3,0%) e Santa Catarina (-1,8%) foram os únicos locais que reduziram a produção nessa comparação, influenciados, principalmente, pelo recuo dos setores de alimentos e bebidas e madeira, respectivamente.

O indicador acumulado de janeiro até agosto mostrou expansão em todas as regiões, com oito crescendo acima da média nacional (6,0%). Com taxas de dois dígitos figuram: Espírito Santo (14,6%), Goiás (12,0%) e Paraná (10,4%). São Paulo (8,8%), com a estrutura industrial mais diversificada e de maior peso, também ficou acima da média. Nesses locais, o dinamismo foi particularmente influenciado por fatores relacionados à ampliação da fabricação de bens de consumo duráveis e de bens de capital; à recuperação do setor agrícola; ao desempenho positivo das *commodities* exportadoras; além do vigor observado no mercado doméstico.

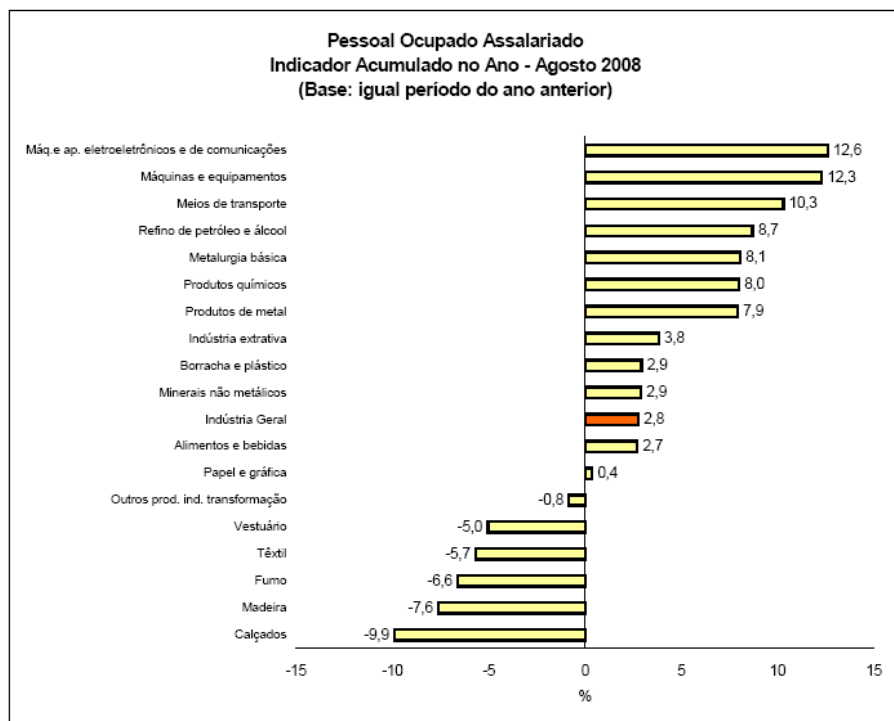
Também de acordo com o IBGE, em agosto, o nível de emprego na indústria nacional ficou praticamente estável (-0,1%), em relação a julho. Na comparação com agosto de 2007, o aumento de 2,5% completa a seqüência de vinte e seis taxas positivas. O índice acumulado nos oito primeiros meses do ano ficou em 2,8%. A taxa anualizada, acumulado nos últimos doze meses, mostrou-se ligeiramente acima do resultado de julho, ao passar de 2,9% para 3,0%.

No confronto agosto 08/agosto 07 (2,8%), o contingente de trabalhadores cresceu em doze dos dezoito segmentos e em doze dos quatorze locais pesquisados. Entre os setores, os maiores impactos positivos na média nacional vieram de máquinas e equipamentos (10,6%); meios de transporte (8,4%); máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (11,7%) e produtos químicos (10,0%). Por local, as contribuições positivas mais relevantes vieram de São Paulo (2,8%), Minas Gerais (6,3%), Rio Grande do Sul (4,0%) e região Norte e Centro-Oeste (2,7%), onde sobressaíram, respectivamente, os ramos: máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (14,4%) e produtos químicos (18,7%); alimentos e bebidas (12,0%) e meios de transporte (12,7%); máquinas e equipamentos (24,9%) e produtos de metal (16,1%); e alimentos e bebidas (5,8%) e minerais não metálicos (21,4%). Em sentido contrário, ainda na comparação agosto 08/agosto 07, Santa Catarina (-1,0%) e Pernambuco (-3,5%) exerceram as únicas pressões negativas entre as áreas, enquanto que, setorialmente, no total do país, vestuário (-5,6%), madeira (-10,5%), têxtil (-6,4%) e calçados e artigos de couro (-3,1%) foram os ramos com as principais influências negativas na formação da taxa global.

No indicador acumulado no ano (2,8%), onze locais e doze segmentos aumentaram o pessoal ocupado, em relação ao mesmo período do ano passado. São Paulo (4,0%), Minas Gerais (4,5%) e região Norte e Centro-Oeste (3,8%) foram as contribuições positivas mais importantes, enquanto Santa Catarina (-0,6%) foi o principal impacto negativo, entre as áreas investigadas. Na análise por ramos industriais as principais influências positivas no resultado nacional vieram de máquinas e equipamentos (12,3%); meios de transporte (10,3%); máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (12,6%) e alimentos e bebidas (2,7%). Por outro lado, calçados e artigos

de couro (-9,9%), vestuário (-5,0%), têxtil (-5,7%) e madeira (-7,6%) foram os destaques negativos.

Em síntese, o índice de média móvel trimestral mostra evolução positiva do pessoal ocupado, respondendo ao maior dinamismo da atividade industrial nos últimos meses. Nos confrontos com iguais períodos de 2007 os resultados mantêm seqüência de taxas positivas, porém mostrando menor ritmo de crescimento, devido à base de comparação em trajetória crescente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria
 *série com ajuste sazonal

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística